

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,
 Apresentamos as demonstrações financeiras individuais da Allianz Saúde S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente.

LUCROS E DIVIDENDOS

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pela Diretoria por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos Acionistas da Seguradora, devidamente registrado em Ata na qual constará, entre outras informações, o caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado.

Aos acionistas fica assegurado, pela legislação societária, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não foram propostos distribuição dividendos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Em 31 de dezembro de 2013 os prêmios retidos da Allianz Saúde totalizaram R\$ 724 milhões, representando crescimento nominal de 21,6% quando comparados ao mesmo período do ano anterior. Os sinistros retidos totalizaram R\$ 602 milhões, incrementados em 28% quando comparados ao mesmo período de 2012, fator este que influenciou a queda do resultado das operações com planos de assistência à saúde. O resultado antes dos impostos e participações foi reduzido em 58%, influenciado pelo aumento dos custos de comercialização, custos administrativos e operacionais (manutenção da rede credenciada).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012	01/01/2012
ATIVO CIRCULANTE		79.534	131.468	58.685
Disponível		168	196	820
Realizável		79.366	131.272	57.865
Aplicações Financeiras	5.1	48.587	115.932	40.580
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	9.3	-	69.652	-
Aplicações Não Vinculadas		48.587	46.301	40.580
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6.1	18.373	12.720	16.448
Prêmio a Receber		18.351	12.712	15.776
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		22	8	672
Despesas Diferidas		9.373	2.385	600
Créditos Tributários e Previdenciários	7	1.917	18	55
Bens e Títulos a Receber		1.112	193	181
Despesas Antecipadas		4	3	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE		185.655	139.536	182.054
Realizável a Longo Prazo		185.068	139.182	181.716
Aplicações Financeiras	5.1	156.155	116.490	162.878
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	9.3	88.323	47.880	74.829
Aplicações não Vinculadas		67.832	68.610	88.049
Créditos Tributários e Previdenciários	7	15.796	10.529	8.321
Depósitos Judiciais e Fiscais	10.2	13.117	12.163	10.517
Imobilizado	8	587	354	338
Imobilizado de uso Próprio		587	354	338
TOTAL DO ATIVO		265.189	271.004	240.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	58.000	77.137	243	-	135.380
Aumento de Capital	6.000	-	-	-	6.000
Ajuste Instrumentos Financeiros	-	-	2.232	-	2.232
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	27.270	27.270
PROPOSTA DA DESTINAÇÃO DO LUCRO					
Reserva Legal	-	1.363	-	(1.363)	-
Reservas de Lucros	-	19.430	-	(19.430)	-
Dividendos a Distribuir	-	-	-	(6.477)	(6.477)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	64.000	97.930	2.475	164.405	164.405
Aumento de Capital	47.000	(36.000)	-	-	11.000
Ajuste Instrumentos Financeiros	-	-	(6.412)	-	(6.412)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	9.548	9.548
PROPOSTA DA DESTINAÇÃO DO LUCRO					
Reserva Legal	-	477	-	(477)	-
Reservas de Lucros	-	9.071	-	(9.071)	-
Dividendos Complementares	-	(15.000)	-	-	(15.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	111.000	56.478	(3.937)	-	163.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Allianz Saúde S.A. (Seguradora), controlada da Allianz Seguros S.A., fundada em 2001, é uma sociedade de capital fechado, com sede em São Paulo, situada na Rua Eugênio de Medeiros, 303, CEP 04032-000, cidade de São Paulo, SP. O Grupo Allianz, um dos maiores conglomerados seguradores e financeiros do mundo. Seu objetivo consiste na exploração das operações de seguro saúde em grupo sendo conduzida em conjunto com a controladora. Sua área de atuação se dá em todo o território nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Seguradora estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela ANS. A Resolução Normativa nº 322, de 27 de março de 2013 estabeleceu o plano de contas e a Resolução Normativa nº 344, de 20 de dezembro de 2013 divulga o modelo de aglutinação e publicação.

Conforme permitido na referida Resolução Normativa nº 322, a Seguradora optou por apresentar as demonstrações de fluxo de caixa (DFC) pelo método indireto. Para fins de comparabilidade, o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está sendo apresentado pelo método indireto.

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011), originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles exercícios, estão sendo representados para fins de comparação, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, pelo seguinte motivo: os ativos e passivos fiscais diferidos e correntes foram apresentados de forma segregada no balanço patrimonial, sem ter sido considerado que a Seguradora detinha o direito legalmente executável de compensá-los. Esses saldos estão sendo compensados e representados no balanço patrimonial.

As reclassificações indicadas não afetaram as demonstrações do resultado e o patrimônio líquido ou qualquer cláusula contratual de limitação da Seguradora.

Abaixo, demonstramos um resumo dos balanços patrimoniais acima referidos, contemplando os valores correspondentes originalmente em comparação com os valores reclassificados:

31 de dezembro de 2012			
	Saldos publicados anteriormente	Saldos Reclassificados	Saldos após reclassificações
ATIVO			
CIRCULANTE	147.166	(15.698)	131.468
Créditos tributários e previdenciários	15.716	(15.698)	18
ATIVO NÃO CIRCULANTE	139.580	(44)	139.536
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	139.226	(44)	139.182
Créditos tributários e previdenciários	10.573	(44)	10.529
TOTAL ATIVO	286.746	(15.742)	271.004
31 de dezembro de 2012			
	Saldos publicados anteriormente	Saldos Reclassificados	Saldos após reclassificações
PASSIVO			
CIRCULANTE	100.702	(15.698)	85.004
PROVISÕES	22.796	(15.698)	7.098
Provisão para IR e CSLL	20.415	(15.698)	4.717
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	21.639	(44)	21.595
Provisões para Tributos Diferidos	1.695	(44)	1.651
TOTAL PASSIVO	286.746	(15.742)	271.004

31 de dezembro de 2011			
	Saldos publicados anteriormente	Saldos Reclassificados	Saldos após reclassificações
ATIVO			
CIRCULANTE	75.359	(16.674)	58.685
Créditos tributários e previdenciários	16.729	(16.674)	55
TOTAL ATIVO	257.413	(16.674)	240.739

31 de dezembro de 2011			
	Saldos publicados anteriormente	Saldos Reclassificados	Saldos após reclassificações
PASSIVO			
CIRCULANTE	103.456	(16.674)	86.782
PROVISÕES	19.856	(16.674)	3.182
Provisão para IR e CSLL	17.715	(16.674)	1.041
TOTAL PASSIVO	257.413	(16.674)	240.739

2.1. Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos a valor justo, por meio do resultado.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2. Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.3. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) as informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014

2.4. Conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2014.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão assim definidas:

3.1. Apuração do resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência. As receitas com prêmios de seguros e suas respectivas despesas diferidas são apropriadas no resultado de acordo com o período de cobertura do risco.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados de acordo com as seguintes descrições:

3.2.1 Caixa e equivalente a caixa

Caixa e equivalente a caixa incluem numerário em caixa e investimentos financeiros com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da transação, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2.2 Valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos alinhadas ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.2.3 Mantidos até o vencimento

A classificação de ativos financeiros na categoria "mantidos até o vencimento" requer da Seguradora intenção e capacidade financeira para manter estes ativos até o momento de sua alienação. O reconhecimento destes ativos é feito pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e reconhecidos em resultado.

3.2.4 Disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não, são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido dos efeitos tributários.

3.2.5 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) Títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - (ANBIMA); (ii) os certificados de depósitos bancários e as debêntures são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos atrelados à variação do CDI, que se aproximam de seu valor justo; (iii) as quotas de fundos de investimento aberto são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

3.2.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros contemplam substancialmente obrigações com fornecedores e contas a pagar.

3.2.7 Redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber

A provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia utilizada é descrita em Nota Técnica Atuarial específica, e leva em consideração a utilização de base histórica de prêmios a receber, vencidas ou não, observados os recebimentos efetivados nos meses subsequentes, associada à expectativa de não recebimento.

Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.2.8 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo.

É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.3 Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O valor adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor residual dos ativos e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios e máquina e 20% para equipamento, computadores e periféricos e veículos.

3.4 Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para a sua apresentação no balanço patrimonial.

3.5 Provisões técnicas

As provisões técnicas constituídas refletem a perspectiva de desembolsos futuros incertos quanto à ocorrência e valor, têm como base os critérios e métodos descritos em notas técnicas ou documentos técnicos em poder da ANS.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com determinação da Resolução Normativa nº 209 de dezembro de 2009, com base em critérios e parâmetros documentados em Nota Técnica Atuarial e devidamente aprovado na ANS.

3.5.1 Remissão

3.5.1.1 Benefícios concedidos
 É constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão por morte do segurado titular, que garante aos beneficiários inscritos na apólice a cobertura prevista nas Condições Gerais, sem o pagamento do prêmio correspondente. O desembolso é determinado com base em cálculos atuariais, observando aos dispostos nas Resoluções Normativas nº 75, de 10 de maio de 2004 e nº 104, de 20 de junho de 2005 da ANS.

A provisão é calculada individualmente por beneficiário, onde é considerado o período de remissão, o valor médio dos sinistros da carteira por plano e faixa etária. O valor resultante do cálculo é ajustado a valor presente utilizando-se a taxa de juros livre de risco no valor de 7,96% em dezembro de 2013.

3.5.2 Provisão de sinistros a liquidar

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras.

3.5.3 Outras provisões técnicas - SUS

A provisão é constituída com base nos pedidos de ressarcimento de despesas pelo uso do Sistema Único de Saúde - SUS, realizado por segurados conveniados da Seguradora. O reconhecimento ocorre no momento do recebimento do aviso, emitido pelo SUS.

A Seguradora analisa os casos individualmente e efetua o ressarcimento daqueles valores que efetivamente são devidos. Para aqueles montantes cujo pedido de ressarcimento não encontram embasamento legal, a Seguradora discute judicialmente a sua cobrança.

O registro contábil segue as determinações contidas no Ofício-Circular nº 03/2010/DIRAD/DIOPE/ANS, sendo parcela da obrigação a pagar é contabilizada na rubrica de longo prazo "Outras provisões técnicas", em contra partida ao resultado do exercício "Sinistros avisados", e a atualização monetária as ações judiciais em Despesa Financeira.

3.5.4 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída para fazer frente ao pagamento sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia *Chain Ladder* tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros ocorridos, distribuídos pelas datas de aviso e datas de ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros ocorridos e avisados nos últimos 12 meses.

3.5.5 Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Seguradora tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma provável obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras.

Ao final do exercício de 2013 o lucro líquido da Seguradora foi de R\$ 9,5 milhões e o retorno sobre o patrimônio líquido do início do período foi de 5,8%. Em 31 de dezembro de 2013 o patrimônio líquido da Allianz Saúde registrou R\$ 164 milhões, passando as ações representativas do capital social a ter o valor patrimonial de R\$ 4.465,05 por lote de mil ações.

PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE

Cabe à Diretoria, junto aos principais departamentos, determinar as projeções financeiras e econômicas para os exercícios seguintes, através do desenvolvimento de um planejamento consistente que utiliza diferentes fontes de informações, projeções do cenário econômico local, participação de mercado, estatísticas e necessidades dos segurados, proporcionando o retorno esperado pelo acionista.

CAPACITAÇÃO FINANCEIRA

A Seguradora direcionou seus estudos no sentido de comprovar sua condição de manter os títulos classificados até o vencimento sem prejuízo às suas operações.

A comprovação da capacidade financeira da Allianz Saúde S.A. foi baseada em análise do fluxo de caixa mensal da Seguradora, contemplando um período de cinco anos. Foram individualizados os fluxos cujo resultado final foi negativo e agrupados em períodos de seis meses, face à atualização dos títulos serem refletidos por ocorrência do encerramento de balanço. Ao final de todos os cálculos o maior valor obtido através da segregação dos fluxos negativos foi inferior à posição efetivamente considerada como disponível para negociação.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2014.
 A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS

</

O Comitê de Subscrição objetiva garantir que as normas, padrões e os processos de subscrição da Seguradora estejam alinhados com a estratégia aprovada pelo Comitê Executivo e com o apetite de risco estabelecido pelo Comitê de Risco;

O Comitê de Investimento estabelece diretrizes gerais para a aquisição de investimentos da Seguradora que busque maximizar a rentabilidade dos ativos objetivando a constituição de reservas, observando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez; e respeitando a regulamentação em vigor e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;

O Comitê de Reserva tem como função garantir que as reservas técnicas da Seguradora sejam discutidas, analisadas e aprovadas entre os membros instituídos por este mandato, estabelecendo e mantendo um acompanhamento efetivo sobre as respectivas constituições;

O Comitê de Auditoria entre suas atribuições estão à avaliação da efetividade dos controles internos da Seguradora com evidência das deficiências detectadas através de relatório;

O teste de Ética avalia periodicamente a necessidade de atualização, reformulação, modernização e cumprimento do Código de Ética da Seguradora.

4.2 Risco de seguros - Saúde

Responsabilidades por sinistros de saúde são estimadas utilizando-se técnicas atuariais de projeção de sinistros. Esses métodos extrapolam o desenvolvimento de sinistros para cada ano com base no desenvolvimento observado nos anos anteriores. Na maioria dos casos, nenhuma premissa externa é adotada já que as projeções se baseiam em premissas internas no desenvolvimento histórico dos sinistros nos quais as projeções estão baseadas.

Os planos de saúde coletivos são aqueles pagos pelo empregador ou pelo empregado via contrato de trabalho e os planos pessoais por adesão de entidades profissionais, como um conselho de classe, um sindicato, que oferecem planos de saúde para pessoas da categoria. Riscos de crédito e variações nos preços praticados são monitorados constantemente através de avaliações financeiras de empresas com interesse no produto e prováveis aumentos deliberados pelo órgão regulador, respectivamente.

4.2.1 Análise de sensibilidade de sinistros

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade foram os seguintes:

	2013		
	Saldo Contábil	Efeitos na DRE e PL	Saldo Ajustado
Aumento de 5% nos Sinistros avisados	(591.296)	(29.565)	(620.861)
Redução de 5% nas Recuperações de sinistros.....	4	-	4
		2012	
	Saldo Contábil	Efeitos na DRE e PL	Saldo Ajustado
Aumento de 5% nos Sinistros avisados	(472.943)	(23.647)	(496.590)
Redução de 5% nas Recuperações de sinistros.....	15	-	15

4.2.2 Risco de subscrição
O risco de subscrição consiste dos riscos de prêmio e risco de reserva. Atualmente são realizados estudos de evolução de prêmios e sinistros, e também suficiência de reservas, em relação ao plano estratégico da Empresa. Estes estudos consistem na análise de suficiência de prêmio perante o passivo atuarial, acompanhamento de reservas e/ou flutuações atípicas durante o período corrente por intermédio de metodologias atuariais. Estes estudos permitem a Seguradora monitorar necessidade de capital e evolução do seu patrimônio de forma a assegurar a sua viabilidade financeira e econômica.

4.3 Riscos financeiros

4.3.1 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como sendo o risco de que os emissores de ativos financeiros e/ou contrapartes de transações de investimento não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. Caso o risco de crédito se materialize, o patrimônio líquido da carteira de investimentos poderá ser afetado negativamente e/ou poderá haver perdas financeiras significativas devido ao não recebimento das transações contratadas.

O Comitê de Investimentos da Allianz Saúde é responsável por manter o risco de crédito relacionado aos emissores de ativos financeiros dentro do apetite de risco da Seguradora e do Grupo Allianz. O Comitê de Investimento obriga que seja mantido um alto percentual do seu total de ativos em títulos do Governo brasileiro, com os considerados os papéis com os melhores *Rating* locais. Além disso, a composição dos fundos de investimento também é concentrada do ponto de vista de *Rating* dos emissores que os compõem, observando a necessidade de concentração em ativos com melhor *Rating* avaliados pelas agências competentes.

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Seguradora e seus *Ratings* na data base de 31 de dezembro de 2013:

Agência Classificadora	S & P	brAA; brAA-; brAAA+; brAAA	brA; brA-; brA+; brA-1; brA-2; brA-3	Sem Rating	Total
MOODY'S		Aa1.br; Aa2.br; Aa3.br; Aaa.br	A1.br; A2.br; A3.br		
Fitch Atlantic		AA(bra); AA-(bra); AA+(bra); AAA(bra)	A+(bra); A(bra)		

Disponíveis para venda

Ativos pré-fixados

Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	112.194	-	112.194
Notas do Tesouro Nacional série F (NTN-F).....	-	19.133	-	19.133

Ativo pós-fixados

Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	10.201	-	10.201
---	---	--------	---	--------

Mantidos até o vencimento

Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	23.647	-	23.647
--	---	--------	---	--------

Quotas de fundos de investimentos

Letras do Tesouro Nacional (LTN)	33.535	2.132	2.924	38.591
--	--------	-------	-------	--------

Total das aplicações financeiras

	33.535	167.307	2.924	203.766
--	---------------	----------------	--------------	----------------

Empréstimos e recebíveis

Prêmios a receber	-	-	18.373	18.373
-------------------------	---	---	--------	--------

Exposição máxima ao risco de crédito

	33.535	167.307	21.297	222.139
--	---------------	----------------	---------------	----------------

4.3.2 Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de impacto financeiro devido às alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.

Semanalmente a área de Riscos fornece para a área de *Asset Management* um relatório em que são considerados os valores de mercado e valores na curva de todos os ativos e os impactos nesses valores em caso de alteração na taxa de juros tanto na margem de avaliação da Seguradora quanto em seu resultado financeiro.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o Risco de Mercado seja bem gerenciado e mitigado como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua de sensibilidade de juros.

4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, consequentemente, a rentabilidade do mesmo.

Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

O teste de sensibilidade abaixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos pré-fixados que compõem a carteira da Seguradora. Vale ressaltar que os investimentos em fundos de investimentos são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

	2013			
	Saldo Contábil	Efeitos na DRE e PL	Saldo Ajustado	
Classes				
Ativo públicos disponíveis para venda				
Pré-fixados				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	112.194	(7.234)	104.960	
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F).....	19.133	(2.217)	16.916	
Pós-fixado				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	10.201	-	10.201	
Ativos públicos mantidos até o vencimento				
Pré-fixado				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	23.647	-	23.647	
Outros				
Quotas de Fundo de Investimentos.....	38.591	-	38.591	
Total	203.766	(9.451)	194.315	

	2012			
	Saldo Contábil	Efeitos na DRE e PL	Saldo Ajustado	
Classes				
Ativo públicos disponíveis para venda				
Pré-fixados				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	93.900	(2.815)	91.085	
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F).....	22.064	(3.168)	18.896	
Pós-fixado				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	86.978	-	86.978	
Outros				
Quotas de Fundo de Investimentos.....	28.525	(322)	28.203	
Total	231.467	(6.305)	225.162	

4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro. A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos que sofrem variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Desta forma, o gerenciamento do risco de preços é realizado exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

4.3.2.3 Risco câmbio

Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio podem resultar em perdas no caso de haver descasamento de ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições de ativos e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento. Em 31 de dezembro de 2013 a Seguradora não possuía nenhuma exposição em moeda estrangeira, desta forma não existe a necessidade de análise de sensibilidade desse tipo de risco.

4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que a Seguradora não possa cumprir as obrigações de pagamento correntes ou futuras nos prazos e condições necessários. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e obrigações.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o Risco de Liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras. Em relação a este último fator, o Comitê de Investimentos da Allianz Saúde é responsável por assegurar que as políticas de investimento e gestão de risco de liquidez estejam dentro do apetite de risco da Seguradora e do Grupo Allianz. O Comitê de Investimento obriga que seja mantido um alto percentual do seu total de ativos em títulos do Governo brasileiro, que são considerados os papéis com maior liquidez e com os melhores *Rating* locais.

4.3.3.1 Casamento de ativos e passivos (ALM)

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Os percentuais do total de ativos que devem ser aplicados por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados pelo Comitê de Investimentos. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos da Seguradora.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados visando a proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo que pode ser corrigido por índices variáveis.

As estimativas e beneficiadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e utilidades são periodicamente revisadas.

Os fluxos de caixa contratuais não descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

	Sem vencimento definido	Vencimento			Total
		Em até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Disponível.....	168	-	-	-	168
Aplicações financeiras.....	39.567	9.996	145.994	9.185	204.742
Disponíveis para venda	-	9.996	122.347	9.185	141.528
Títulos de renda fixa - NTN-F	-	-	9.948	9.185	19.133
Títulos de renda fixa - LFT	-	-	10.201	-	10.201
Títulos de renda fixa - LTN	-	9.996	102.198	-	112.194
Mantidos até o vencimento	-	-	23.647	-	23.647
Títulos de renda fixa - LTN	-	-	23.647	-	23.647
Quotas de fundos de investimentos	38.591	-	-	-	38.591
Outras aplicações.....	976	-	-	-	976
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	18.373	-	-	18.373
Despesas diferidas.....	-	9.373	-	-	9.373
Créditos tributários e previdenciários..	-	1.917	15.796	-	17.713
Bens e títulos a receber.....	-	1.112	-	-	1.112
Total dos ativos.....	39.735	40.771	161.790	9.185	251.481
Provisões técnicas.....	-	59.768	2.877	2.530	65.175
Débitos diversos	-	11.991	-	-	11.991
Débitos de operações de assistência à saúde	-	1.249	-	-	1.249
Total dos passivos.....	-	73.009	2.877	2.530	78.415

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários, incluindo aqueles detidos através de fundos exclusivos, em 31 de dezembro, estão detalhadas no quadro apresentado a seguir:

	Vencimento			2013			2012		
	Em até 1 ano e Indeterminado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor justo	Custo atualizado	Valor Contábil/Justo	Custo atualizado	
Disponíveis para venda	9.996	122.347	9.185	141.528	141.528	148.089	202.942	198.817	
Títulos de renda fixa - NTN-F	-	9.948	9.185	19.133	19.133	20.152	22.064	20.018	
Títulos de renda fixa - LFT	-	10.201	-	10.201	10.201	10.201	86.978	87.085	
Títulos de renda fixa - LTN	-	9.996	102.198	-	112.194	117.736	93.900	91.714	
Mantidos até o vencimento	-	23.647	-	23.647	23.028	23.647	-	-	
Títulos de renda fixa - LTN	-	23.647	-	23.647	23.028	23.647	-	-	
Valor justo por meio de resultado.....	38.591	-	-	38.591	38.591	38.591	28.525	28.524	
Quotas de fundos de investimentos	38.591	-	-	38.591	38.591	38.591	28.525	28.524	
Outras aplicações (1)	976	-	-	976	976	976	976	976	
Total	49.563	145.994	9.185	204.742	204.123	211.303	232.443	228.317	

(1) Estão apresentados no balanço, na rubrica de longo prazo, e são compostos por incentivos fiscais.

Cobertura das provisões técnicas - Nos termos da Resolução Normativa nº 159, de 03 de julho de 2007 foram vinculadas à ANS, quotas de fundos de investimentos no montante de R\$ 88.323 (R\$ 117.532 em 2012).

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

A movimentação dos títulos e valores mobiliários está assim apresentada:

	Saldo em 2012		Movimentação		Resultado Financeiro		Ajuste TVM		Saldo em 2013
	2012	Aquisição	Alienação	Resultado	Financeiro	Ajuste TVM	Saldo em 2013		
Disponíveis para venda									
Títulos de renda fixa - NTN-F	22.064	-	-	135	(3.066)	-	19.133		
Títulos de renda fixa - LFT	86.978	134.361	(213.620)	2.374	108	-	10.201		
Títulos de renda fixa - LTN	93.900	75.451	(60.000)	10.572	(7.729)	-	112.194		
Mantidos até o vencimento									
Títulos de renda fixa - LTN	-	22.525	-	1.122	-	-	23.647		
Valor justo por meio de resultado									
Quotas de fundos de investimentos	28.525	347.585	(340.403)	2.884	-	-	38.591		
Outras Aplicações	976	-	-	-	-	-	976		
Total	232.443	579.922	(614.023)	17.087	(10.687)	-	204.742		

5.3 Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

Para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (*inputs*) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Seguradora classificou seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

	31.12.2013	
	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros		
Disponíveis para venda:		
Títulos de renda fixa	141.528	-
Valor justo por meio de resultado:		
Quotas de fundos de investimentos	-	38.591
Total	141.528	38.591

5.4 Rentabilidade da carteira

Em 2013, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Seguradora totalizou R\$ 8.348 calculados a valor de mercado. Esta rentabilidade representa 3,89% acumulado no exercício (R\$ 24.554 representando 11,49% em dezembro de 2012).

6. PRÊMIOS A RECEBER

A composição dos prêmios a receber está assim demonstrada em 31 de dezembro:

	2013				
	a vencer	de 1 a 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	há mais de 90 dias
Pré-estabelecido.....	6.223	7.228	2.664	788	11.824
Pós-estabelecido	1.007	3	3	3	6
Total	7.230	7.231			

9.3 Cobertura assistencial - Rede contratada

As movimentações dos sinistros avisados, dos planos coletivos empresariais, estão detalhadas no quadro apresentado a seguir:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Interações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Pré-estabelecido.....	72.472	148.002	15.127	271.467	13.211	61.504	581.783
Pós-estabelecido.....	1.136	2.033	220	4.719	223	1.182	9.513
Total	73.608	150.035	15.347	276.186	13.434	62.686	591.296

10. PROVISÕES

Os valores são apresentados no passivo circulante e contemplam:

10.1 Provisões para IR e CSLL

	2013	2012	2011
Imposto de renda.....	5.697	12.735	10.974
Contribuição social.....	(5.697)	(9.835)	(10.439)
Contribuição social - antecipado.....	3.467	7.680	6.741
Total	(3.467)	(5.863)	(6.235)
Total	-	4.717	1.041

10.2 Provisões judiciais

	Depósitos judiciais				Provisões para judiciais				
	Saldos em 2012	Adições	Baixas	Saldos em 2013	Saldos em 2012	Adições	Atualização monetária	Baixas	Saldos em 2013
INSS - comissões e honorários.....	10.798	1.509	-	12.307	10.907	1.564	-	-	12.471
SUS.....	678	-	-	678	-	-	-	-	-
INSS - notificações fiscais.....	-	-	-	-	576	-	18	-	594
Ações cíveis.....	3	-	-	3	4.833	1.759	34	(664)	5.962
Ações trabalhistas.....	669	-	(555)	114	712	92	-	-	804
Sinistro (1).....	15	-	-	15	-	-	-	-	-
Outros.....	-	-	-	-	-	343	-	(107)	236
Total	12.163	1.509	(555)	13.117	17.028	3.758	52	(771)	20.067

(1) Refere-se a processos judiciais de sinistros; a provisão encontra-se contabilizada na rubrica "Sinistros a liquidar".

A Seguradora contesta, na esfera judicial, a constitucionalidade de certos impostos e contribuições, e responde a processos judiciais oriundos de sinistros e ações de natureza cível e trabalhista.

As principais ações em curso, cujos montantes envolvidos são provisionados de acordo com os valores prováveis de desembolso, estão descritos abaixo:

10.3 INSS

10.3.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos (Processo 2001.61.00.031902-2) - Por meio dessa ação judicial é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999 que determina o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de seguro-saúde comercializados pela Seguradora. A ação foi julgada improcedente, tendo sido interposto recurso em setembro de 2008. O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A Seguradora vem efetuando depósitos judiciais dos valores não recolhidos.

10.3.2 Notificações fiscais (Processos administrativos 37.718.663-0, 37012.407-3, 37012.408-1 e 37.012.406-5) Em que se discutia a diferença de alíquota nos recolhimentos previdenciários das contribuições (parte empresa) sobre salários, remuneração da diretoria e serviços de terceiros entre os anos de 2001 a 2005. As impugnações foram julgadas improcedentes e aguarda-se julgamento dos recursos voluntários interpostos nos processos administrativos nºs 37.718.663-0, 37012.407-3 e 37012.408-1. Em julho de 2010, a Seguradora aderiu ao parcelamento do débito objeto do processo administrativo nº 37.012.406-5, que versava sobre a aplicação de multa por suposta ausência de entrega de declarações referentes a contribuições previdenciárias no período de abr/03 a jul/03 e nov/03, conforme permitida pela Lei nº 11.941/09. Aguarda homologação da quitação.

10.4 Ações cíveis - Ações judiciais iniciadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas cujos pagamentos foram negados, seja pela inexistência de cobertura contratual ou pela inexistência do próprio contrato. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das indenizações e das despesas. Os montantes provisionados no curto prazo e longo prazo são respectivamente R\$ 2.560 e R\$ 3.402 (R\$ 2.075 e R\$ 2.758 em dezembro de 2012).

10.5 Ações trabalhistas - Reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Allianz Seguros ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. Os montantes provisionados no curto prazo e longo prazo são respectivamente R\$ 535 e R\$ 269 (R\$ 306 e R\$ 406 em dezembro de 2012).

10.6 Contribuição social (Processo 16327.000437/2006-02) - A Seguradora em parte a não adição de valores depositados judicialmente a título de contribuição ao INSS (parte empresa) na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido referente aos períodos de 2002 e 2003. A Seguradora apresentou impugnação administrativa, a qual foi julgada improcedente e interposto recurso voluntário. Em 26 de novembro de 2009, a Seguradora aderiu ao parcelamento do débito objeto desse processo administrativo em razão da Lei nº 11.941/09, desistindo do recurso voluntário, bem como de todas as alegações de direito sobre as quais o processo administrativo se fundamenta. O parcelamento foi consolidado pela Receita Federal do Brasil e liquidado no decorrer do exercício. Aguarda homologação da quitação.

10.7 Movimentação das ações judiciais - O quadro abaixo demonstra como as ações judiciais se desenvolveram nos períodos. A rubrica "Novas constituições no período" representam as reavaliações positivas ocorridas até a data do balanço e contemplam novas ações registradas no período e citações impetradas em períodos anteriores. A rubrica "Baixa da provisão por êxito ou por alteração de estimativas" decorre de reavaliações negativas ocorridas até a data do balanço e baixa por êxito, quando do desfecho da ação.

Descrição	Ações trabalhistas		Ações cíveis		Ações relacionadas a sinistros	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	712	928	4.833	4.058	1.339	1.544
Total pago no exercício.....	-	-	-	-	(160)	(91)
Novas constituições no exercício	92	390	1.759	1.155	956	446
Baixas por êxito ou por alteração de estimativas.....	-	(606)	(664)	(1.013)	(120)	(843)
Alteração por atualização monetária e juros.....	-	-	34	633	10	283
Saldo final do exercício	804	712	5.962	4.833	2.025	1.339

A DIRETORIA

RENATO MASINI D'ÁVILA
Atuário MTPS nº 1250

SALVADOR APARECIDO GRACIANO
Contador CRC 1SP110631/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e aos Acionistas da Allianz Saúde S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Saúde S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADOS

	2013	2012
15.1 Prêmios retidos	723.534	594.796
Prêmios emitidos.....	811.678	663.839
Prêmios cancelados e restituídos.....	(88.144)	(69.043)
15.2 Tributos diretos das operadoras de assistência à saúde	(6.156)	(5.359)
COFINS operacional.....	(5.296)	(4.610)
PIS operacional.....	(860)	(749)
15.3 Sinistros retidos	(601.890)	(470.145)
Sinistros avisados.....	(591.296)	(472.943)
Recuperação de sinistros.....	4	15
Variação da provisão de sinistros e não avisados.....	(10.598)	2.783
15.4 Despesas de comercialização	(63.541)	(50.219)
Comissão sobre prêmio emitido/agenciamento.....	(62.433)	(49.831)
Outras despesas de comercialização.....	(1.108)	(388)
15.5 Outras receitas operacionais	1.021	1.446
Cobrança.....	1.020	1.445
Receita com emissão de apólice.....	1	1
15.6 Outras despesas operacionais	(11.900)	(7.911)
Manutenção da rede credenciada.....	(4.708)	(1.460)
Variação da provisão para riscos sobre créditos.....	(2.679)	(3.457)
Ações judiciais cíveis.....	(1.953)	(1.144)
Encargos sociais de operações com seguros.....	(1.564)	(1.258)
Material de produtos - marketing.....	(518)	(346)
Lucros atribuídos.....	(395)	(177)
Despesas c/administração e cobrança de apólices.....	(83)	(69)
15.7 Despesas financeiras	(42.164)	(36.480)
Pessoal.....	(27.307)	(24.316)
Serviços de terceiros.....	(6.088)	(4.179)
Locação e funcionamento.....	(4.367)	(3.881)
Publicidade e propaganda.....	(2.175)	(3.203)
Taxa de saúde suplementar.....	(355)	(314)
Outras.....	(1.872)	(587)
15.8 Receitas financeiras	22.615	24.179
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda.....	14.670	17.629
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	2.884	2.808
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento.....	1.122	43
Juros recebidos sobre aplicações financeiras.....	1.952	1.952
Operações de seguros.....	1.987	1.728
Outras.....	-	19
15.9 Despesas financeiras	(1.730)	(2.634)
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	(1.592)	(1.598)
Despesas financeiras com ações judiciais.....	(52)	(660)
Outras despesas.....	(28)	(45)
Operações Financeiras - IOF.....	(49)	(52)
Despesas financeiras com operações de assistência.....	(12)	(279)
15.10 Resultado patrimonial	(8)	(18)
Prejuízo na alienação de bens permanentes.....	(8)	(18)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social juntamente com a composição da conta de resultados:

Resultados	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultados antes dos impostos e após as participações	16.070	16.070	45.477	45.477
Alíquotas nominais				
IRPJ - 25%.....	(4.018)	-	(11.369)	-
CSLL - 15%.....	-	(2.411)	-	(6.822)
Efeito das (adições)/exclusões no cálculo dos tributos:				
Temporárias.....	(1.655)	(993)	(1.380)	(828)
Permanentes.....	(81)	(63)	(81)	(30)
Incentivos fiscais e PAT.....	57	-	95	-
Imposto de renda e contribuição social devido (Nota 10.1)	(5.697)	(3.467)	(12.735)	(7.680)
Créditos tributários sobre diferenças temporais	1.651	991	1.380	828
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.046)	(2.476)	(11.355)	(6.852)
Alíquotas efetivas	25,18%	15,41%	24,97%	15,07%

17. PARTES RELACIONADAS

A Diretoria identificou como partes relacionadas à Seguradora, seu controlador Allianz Seguros, seus diretores e demais membros chaves da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. Com seu controlador a Seguradora não possui saldos de Prêmios a Receber e Obrigações a Pagar em 2013, os montantes de 2012 são R\$ 681 e R\$ 6.549 respectivamente. Os montantes no resultado referem-se a receitas de Prêmios Emitidos R\$ 8.502 (R\$ 7.948 em 2012) e Despesa Administrativa (Aluguel) R\$ 995 (R\$ 732 em 2012). A remuneração paga aos diretores, registrada na rubrica "Despesas Administrativas", referentes a benefícios de curto prazo, totalizou, em 31 de dezembro de 2013 R\$ 168 (R\$ 396 em 2012).

18. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

A Seguradora possui programa de participação dos empregados nos lucros, com efeito de depósito na Lei nº 12.832, de 20 de junho de 2013 e a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente acordado com os funcionários, sendo o valor correspondente registrado em rubrica de passivo circulante - "Débitos diversos".

19. NOVOS PRONUNCIAMENTOS AINDA NÃO ADOTADOS

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 2014. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de impairment e hedge accounting (incluindo novo hedging) o comitê do IASB adiou a data de implantação dessa norma, para não antes de 2017. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Seguradora efetuou a avaliação inicial das demonstrações financeiras na Medida Provisória nº 627 (MP 627), de 11 de novembro de 2013 e Instrução Normativa RFB nº 1397 de 16 de setembro de 2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1422 de 19 de dezembro de 2013. Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação, ou seja, pela desistência do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 1º de janeiro de 2014. A Seguradora não irá efetuar a opção pela antecipação das normas dispostas na MP 627/2013. A Seguradora entende que não há efeitos passados oriundos dessa Medida Provisória pelo motivo de ter distribuído lucro não superior ao montante apurado com base nas normas vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Em 18 de fevereiro de 2014, a ANS anunciou a suspensão de 111 planos de saúde de 47 operadoras, e entre eles estão alguns planos da Allianz Saúde. As operadoras listadas estão suspensas de comercializar determinados planos temporariamente.

A Diretoria da Seguradora esclarece que se trata de uma situação pontual e que já está tomando todas as providências necessárias para regularizar os processos apontados. A Allianz Saúde sempre foi reconhecida pela excelência de seus produtos e serviços e reafirma seu compromisso junto aos seus segurados, parceiros de negócios e seu regulador na solução imediata do problema e na melhoria contínua dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2014.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0